



CARTA AOS CANDIDATOS (AO EXECUTIVO E LEGISLATIVO) DAS ELEIÇÕES 2016 DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A DIOCESE DE BARRETOS

Senhores e Senhoras Candidatos e Candidatas

Nestas Eleições Municipais de 2016, cordiais saudações!

Como Bispo Diocesano de Barretos, acho por bem escrever-lhes, às vésperas do pleito eleitoral que escolherá para o próximo quadriênio os (as) prefeitos (as), os (as) vices, vereadores e vereadoras para manifestar-lhes o meu apreço pela candidatura de cada um (a) dos (as) senhores (as) e pela disposição em lutar pelo bem comum que, certamente, lhes move.

Não poderia, nesse momento de grande importância nacional, deixar de dirigir-lhes uma palavra com o intuito de compartilhar com os (as) senhores (as) minha apreensão diante de algumas realidades que acredito exigir dos eleitos, para os próximos quatro anos, uma atenção redobrada.

Para alguns talvez esta carta possa soar como uma ingerência da Igreja Católica sobre as consciências e, pior ainda, como uma maneira de interferir na liberdade dos candidatos de elaborar os seus planos de governo. Desde já, reitero que esta não é, de maneira alguma, a nossa intenção.

O Papa Francisco, referindo-se à crítica dos que reduzem a ação da Igreja a sua esfera espiritual, escreveu: *“Já não se pode afirmar que a religião deve limitar-se ao âmbito privado e serve apenas para preparar as almas para o céu. Sabemos que Deus deseja a felicidade dos seus filhos também nesta terra, embora estejam chamados à plenitude eterna, porque Ele criou todas as coisas “para nosso usufruto” (1Tm 6,17), para que todos possam usufruir delas.” (A Alegria do Evangelho 182)*

Assim, continua o papa: *“ninguém pode exigir-nos que reaguemos a religião para a intimidade secreta das pessoas, sem qualquer influência na vida social e nacional, sem nos preocupar com a saúde das instituições da sociedade civil, sem nos pronunciar sobre os acontecimentos que interessam os cidadãos” (ibid. n. 183).*

Permitam-me então, discorrer acerca dos três eixos que exigem, a meu ver, uma atenção permanente dos senhores e das senhoras na gestão dos seus mandatos políticos: a questão ambiental, a realidade do trabalho e tudo o que está relacionado à saúde.

Antes, porém, desejo chamar a atenção dos senhores e das senhoras para a importância, sobretudo no momento atual, da aplicação da Lei n. 135/2010, também conhecida como *“A Lei da Ficha Limpa”*.

Recentemente, a Presidência da CNBB manifestou a sua perplexidade diante da decisão do STF reconhecendo “a exclusividade das Câmaras Municipais para julgar as contas dos prefeitos em detrimento da competência dos Tribunais de Contas”; o que na prática significará “o fim de inelegibilidade dos executivos municipais mesmo que tenham suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas”.

Para a Presidência da CNBB “trata-se de um duro golpe contra a Lei da Ficha Limpa o qual favorecerá o fisiologismo político e a corrupção, considerando o poder de barganha que pode haver entre o executivo e o legislativo municipais”.

Diante desta medida, a CNBB em nota oficial, publicou o seguinte parecer: “Urge não dar trégua ao combate à corrupção eleitoral e a tudo que leve ao desencanto com a política cujo objetivo é a justiça e o bem comum, construído pacificamente”.

Oxalá as conquistas populares nas últimas décadas, como é o caso da Lei da Ficha Limpa, cujo projeto de Lei de iniciativa popular reuniu cerca de 1,6 milhão de assinaturas, com o objetivo de aumentar a idoneidade dos candidatos, não sejam desconsideradas, permitindo que os interesses de alguns prevaleçam sobre a justiça, a verdade e o bem comum!

a) A questão ambiental

Na sua recente Encíclica “*Laudato Si*” (Louvado Seja), o papa afirma, categoricamente, que “a política não deve submeter-se à economia, e esta não deve submeter-se aos ditames e ao paradigma eficientista da tecnocracia. Pensando no bem comum, hoje precisamos imperiosamente que a política e a economia, em diálogo se coloquem decididamente ao serviço da vida; especialmente da vida humana” (LS 189).

Francisco diz que, hoje, no centro dos interesses, está a posse e o uso irresponsável dos bens da natureza. Diz ainda que a relação que se estabelece com os recursos naturais define qual a lógica que está por trás daqueles que se candidatam a cargos públicos e dos que exercem ou exerceram os seus mandatos:

“A lógica que não deixa espaço para uma sincera preocupação pelo meio ambiente é a mesma em que não encontra espaço a preocupação por integrar os mais frágeis, porque, no modelo do “êxito” e “individualista” em vigor, parece que não faz sentido investir para os lentos, fracos ou menos dotados possam também singrar na vida” (Laudato Si, n.196)

As palavras do Santo Padre fazem-nos pensar na responsabilidade que temos pelas consequências, por exemplo, da proposta do aumento dos perímetros urbanos, para favorecer a criação de condomínios ou novos bairros nas cidades, não levando em conta o desmatamento e o comprometimento das bacias fluviais que garantem aos municípios o abastecimento de água. À primeira vista, isto pode parecer secundário, mas com certeza os poderes públicos deverão, num tempo muito curto, responder às gerações futuras pela negligência no que se refere a esta realidade.

Unida a questão da ampliação das áreas urbanas, o cuidado com os animais que, em muitos municípios, ficam abandonados nas vias públicas, sem a proteção necessária. Ao compreendermos, como afirma o papa na *Laudato Si*, que todos os seres estão intimamente ligados entre si, concluímos que o abandono de animais e a falta de cuidado com eles denotam a pouca atenção com as demais questões ecológicas.

Neste ano, a *Campanha da Fraternidade* chamou a nossa atenção para a triste realidade do “saneamento básico”, compreendido como os “serviços públicos de abastecimento de água, o manejo adequado dos esgotos sanitários, das águas pluviais, dos resíduos sólidos, o controle de reservatórios e dos agentes transmissores de doenças” (Texto base CF-2016, n. 32).

Os últimos dados do SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico – base 2013) – afirma o Texto base da CF 2016 – indicam que mais de 100 milhões de pessoas no país ainda não possuem coleta de esgotos e apenas 39% destes esgotos são tratados, sendo despejados diariamente o equivalente a mais de 5 mil piscinas olímpicas de esgoto sem tratamento na natureza. (cf. Texto base, n. 40)

Um bom começo para os futuros governantes seria verificar como andam, pelos nossos municípios, o tratamento de esgoto; para onde estão destinando o lixo, e quais políticas são desenvolvidas para que o abastecimento de água atenda a demanda da população. Além disso, criar campanhas de conscientização a respeito do uso da água e, ao mesmo tempo, da importância da reciclagem do lixo domiciliar.

b) A chaga do desemprego

Uma das consequências nefastas da crise econômica pela qual passa o mundo é a chaga do desemprego que atinge centenas ou milhares de famílias também em nossa região. Com a terceirização dos serviços, a dispensa dos trabalhadores por vários meses durante o ano, a redução da jornada de trabalho e conseqüentemente a redução do salário do trabalhador, milhares de famílias se veem a mercê do desamparo e tornam-se vítimas fáceis do crime e da violência, apelando muitas vezes para o tráfico como solução rápida dos seus problemas.

Na sua Encíclica *Laudato Si*, o Papa Francisco diz: “*O trabalho é uma necessidade, faz parte do sentido da vida nesta terra, é caminho de maturação, desenvolvimento humano e realização pessoal. Neste sentido, ajudar os pobres com o dinheiro deve ser sempre um remédio provisório para enfrentar emergências. O verdadeiro objetivo deveria ser sempre consentir-lhes uma vida digna através do trabalho*” (LS 128).

Entre as várias formas possíveis para ajudar as famílias vítimas do desemprego ou, aquelas em condições mais vulneráveis, em razão da crise econômica que pesa sobre a nossa Nação, manter e garantir o apoio necessário às entidades sociais que prestam um serviço relevante às nossas cidades é uma alternativa coerente e necessária.

O respeito pelos convênios estabelecidos, a pontualidade nos repasses, a colaboração com a formação dos técnicos nas áreas da promoção social, da saúde, da educação para permitir que as entidades cumpram suas tarefas, são os melhores investimentos que os governantes podem fazer para garantir, não só qualidade de vida para os mais necessitados, mas também a paz e a estabilidade social.

O que o Papa Francisco diz deve fazer-nos refletir: “*Se o Estado não cumpre o seu papel numa região, alguns grupos econômicos podem se apresentar como benfeitores e apropriar-se do poder real, sentindo-se autorizados a não observar certas normas até se chegar às diferentes formas de criminalidade organizada, tráfico de pessoas, narcotráfico e violência muito difícil de erradicar*” (LS n.197).

Chamar em causa as grandes empresas, as usinas de açúcar e álcool, os sindicatos, para um compromisso efetivo, na busca de garantir, não só trabalho, mas preservar os direitos dos trabalhadores, sobretudo, daqueles com mais tempo de serviço, de maneira que não sejam descartados sem quaisquer garantia para a sua sobrevivência, deveria ser uma ação permanente por parte daqueles que exercem a função de governar ou legislar em favor do povo.

c) O drama da saúde pública

Por fim, creio que a realidade dos hospitais, dos ambulatórios e prontos-socorros em vários municípios da diocese, é a que mais exigirá dos que governarão uma atenção particular, pois são através deles que, bem ou mal, são garantidos não só os cuidados para com os que sofrem, mas também, expressão do quanto à dignidade humana está no centro dos interesses políticos em nosso tempo.

Embora a problemática seja muito complexa, os passos a serem dados não devem ser difíceis quando se toma consciência de que junto ao compromisso por aliar responsabilidade no uso dos recursos recebidos dos Governos Estadual e Federal, e condições mínimas para que os profissionais da saúde possam realizar seu trabalho com competência e dignidade, haja também a disposição em oferecer à população mecanismos para que possam expressar seus anseios e denunciar abusos, no que diz respeito ao atendimento que lhe é destinado.

Não é novidade para os senhores e senhoras o drama que vive milhões de brasileiros e brasileiras para garantir o tratamento mínimo das suas enfermidades. Pena que ainda, em geral, em nosso país, pouco se faz para coibir os esquemas de corrupção que envolve também a área da saúde obstruindo muitas vezes o caminho para que os recursos repassados possam chegar aos seus verdadeiros destinatários.

Sem me alongar mais quero, com estas considerações, oferecer uma pequena contribuição para que os senhores candidatos e candidatas eleitos possam colocar em suas agendas as aspirações que não são somente deste que lhes escreve, mas da grande maioria dos eleitores dos nossos municípios que, a cada eleição renovam sua esperança, não obstante as frustrações, de mudar a realidade em que vivemos!

Sei o quanto é difícil governar, e posso imaginar que no campo da política partidária é um grande desafio atender a todas as demandas e cumprir com competência a missão assumida.

Estou certo de que Deus, doador de todos os dons, não deixará de iluminar a cada um e a cada uma no exercício da sua nobre missão. Que não falte da parte de ninguém a generosidade em corresponder a confiança demonstrada nas urnas pela candidatura e, o compromisso de governar e legislar levando sempre em conta as necessidades de todos, seja dos que lhe deram o seu voto, como dos que não o concederam.

Deus nos permita avançar pelo caminho da justiça e da paz!

Barretos, 07 de setembro de 2016.



Dom Milton Kenan Júnior
Bispo de Barretos